

Divergências já estão evidentes

São Paulo (Da Sucursal) — Mais cedo do que se imaginava, as divergências entre empresários e o Governo, sobre nova política de preços para impedir a escalada da inflação, ficaram evidentes ontem, durante a passagem do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em São Paulo, para um almoço na Fiesp com 120 empresários de multinacionais instaladas no País, uma reunião com industriais de materiais ferrosos e um jantar com empresários do eixo Brasil-Argentina.

O presidente da Fiesp, Mário Amato, que recepcionou Mailson, disse que os empresários podem aceitar um teto para os reajustes de preços, mas de forma voluntária, e nunca obrigatória, como pretende a equipe econômica do Governo. "Na hora que se fala em obrigação, a coisa vira um congelamento. É voltar atrás no que se quer", queixou-se, acrescentando que a ideia de se usar o IPC do mês anterior como referencial para reajustes pode até ser aceita, mas deve haver uma solução para os setores que alegam defasagem de preços.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega foi objetivo no seu pedido: os empresários devem aceitar perder um pouco agora, para não perder tudo mais adiante, se o País for obrigado a enfrentar o fantasma da hiperinflação. O ministro reconheceu que as fórmulas de reajustes de preços discutidas até agora não passam de sugestões de vários setores, inclusive de técnicos do Governo, e garantiu que o resultado será o consenso entre os envolvidos no problema. Segundo ele, não procedem as queixas de Amato, na medida em que existe apenas uma minoria de indústrias com comprovada defasagem de

preços. "A expressiva maioria já incorporou aos preços todos os custos incorridos desde o final do Plano Verão", afirmou.

O ministro da Fazenda prometeu ação do Governo contra os empresários que desrespeitaram os limites de preço fixados pelo CIP, confirmando ter denúncias dessa prática por indústrias de produtos alimentícios que compõem a cesta básica. "Os que são controlados pelo CIP terão de se explicar direitinho", afirmou. Confirmou estudos na área técnica do Governo, junto com os empresários, para a adoção de mecanismos de regulação de vendas a prazo, tendo em vista denúncia da Federação do Comércio de São Paulo, de que há indústrias embutindo taxas de juros acima de 50 por cento nos seus preços. "Esses juros criam expectativas exacerbadas e isso contribui para o clima ruim que faz aumentar a inflação. Vamos combater essa prática e chamar os empresários para uma conversa, como estamos fazendo desde o início da semana".

Mailson informou que o Governo estuda a liberação da importação de alguns produtos, para evitar escassez no mercado brasileiro. Segundo ele, o País não vive um momento que permita a liberalização das importações, mas o Governo está disposto a queimar parte de suas reservas cambiais para evitar problemas de abastecimento. Ele se recusou a revelar quanto das reservas será consumido nesse objetivo. "Isso é segredo de Estado", disse.

Para o presidente da Fiesp, a melhor política de preços seria a liberdade para a iniciativa privada decidir os reajustes que considera necessários. Diante da situação do País, os empresários aceitam discu-

tir o assunto nas câmaras setoriais de preços e querem que o CIP figure fora do assunto. "O CIP é um ditador da economia", disse Amato, lembrando que no ano passado, depois de intensas negociações entre a indústria farmacêutica e o Governo, para recomposição de preços, a solução foi vetada pelo CIP sem qualquer explicação. Para Amato, os empresários conseguem se controlar na expectativa de reajustes de preços. "Só há abuso de preços quando começam os boatos de congelamento, ou de que o Governo não vai pagar a dívida pública etc", disse.

O presidente da Anfavea, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores -- Jacy Mendonça, considerou a palestra do ministro aos empresários multinacionais como positiva, mas deixou claro que eles fazem sérias restrições ao controle de preços.

"Eles vêm de lugares onde o sucesso da economia está diretamente vinculado à liberdade nas relações econômicas. Onde existem restrições, a economia vai mal", disse. Para Jacy, o Governo dispõe de outros mecanismos para impedir reajustes abusivos de preços: o Imposto de Renda e a lei que pune os abusos econômicos. "O que dissemos ao ministro é que a liberdade de mercado gera o sucesso na economia, na medida em que há a concorrência livre. Ora, se sou produtor, vou buscar o melhor preço com os meus fornecedores.

Agora, se os meus fornecedores me aparecem com um telex do CIP autorizando um aumento, não há como negociar uma redução de preços e serei obrigado a repassar esse preço para o meu produto, e assim fica difícil reduzir a inflação", explicou.